

HABEAS CORPUS Nº 491.281 - SP (2019/0028460-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO
ADVOGADO : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO - SP311063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE EMIDIO DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. PERDA DO OBJETO.

Writ prejudicado.

DECISÃO

Perdeu o objeto o presente *writ*, com pedido liminar, em favor de **Henrique Emidio da Silva**, contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2007622-38.2019.8.26.0000.

O paciente teve prisão em flagrante convertida em preventiva (21/1/2019) pela suposta prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante requer, em liminar, a revogação da prisão preventiva, permitindo-se ao paciente que possa ser processado em liberdade.

Em parecer, o *Parquet* federal se manifestou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 63 e 64).

Em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça, verifiquei que ao paciente foi concedida liberdade provisória.

Oportuna a manifestação do *Parquet* federal (fl. 64):

[...] O *habeas corpus* perdeu o seu objeto.

Conforme esclarecem as informações prestadas pelo Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, "aos 26 de fevereiro transato, com fundamento nos arts. 282 e 319, I e IV, do Código de Processo Penal, foi determinada a liberdade provisória do réu com imposição das seguintes medidas cautelares: comparecimento bimestral em juízo para informar e justificar atividades e proibição de ausentar-se da Comarca, exceto com autorização judicial, por prazo superior a 05 dias, expedindo-se alvará de soltura, em cumprimento à r. decisão, proferida no *Habeas Corpus* nº 167.662 São Paulo, do Excelso Supremo Tribunal Federal, que, embora não conhecendo da impetração, concedeu a ordem de ofício para determinar a imediata soltura do paciente, salvo se preso por outro motivo, sem prejuízo da imposição de medidas

cautelares previstas no art. 319, do referido diploma legal" (fl. 44).
[...]

Dessa forma, restam superadas as alegações da defesa que objetivavam a revogação da prisão preventiva.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

